

Editorial

Império impossível, ordem improvável

Álvaro de Vasconcelos

A questão capital que o 11 de Setembro colocou foi a de saber que ordem mundial emergiria depois de posta em evidência a extensão e a capacidade mortífera do terrorismo internacional e posta à prova a política internacional da nova administração americana. Esta questão tem, dois anos depois, uma resposta simples: nenhuma. Nem se consolidou a ordem multilateral, propulsada pela condenação quase universal do terrorismo, nem se impôs em seu lugar a ordem ditada pelo predomínio militar superlativo dos Estados Unidos.

Dois anos depois do 11 de Setembro e em vésperas da campanha eleitoral americana, o ataque contra as Nações Unidas em Bagdad mostra a determinação de alguns em se alimentarem da desordem e do caos. E o Mundo é atravessado de novo pelo medo, pelo ódio e pela desesperança, e imperam as incertezas sobre o futuro. O Mundo continua, ainda, sem ordem.

É verdade que na Europa se fizeram progressos significativos e que o projecto de Constituição que resultou do paciente e aturado labor da Convenção é um passo no caminho certo: o de fazer coexistir em boa harmonia, dentro e fora de portas, o poder e o direito. De pouco nos vale a nós, Europeus, a satisfação de vivermos como nunca antes se viveu na Europa, em paz e em democracia, porém, quando tão intimamente próximo de nós, no Médio Oriente e no Iraque, a violência bárbara atinge paroxismos.

As forças do nacionalismo mais extremo, o que se reclama da identidade, da raça, da história, da tribo ou da religião para negar o direito à existência do Outro, continuam à solta. Não foi barrado com eficácia o caminho às forças que segregam o horror que os europeus redescobriram nos Balcãs com os massacres, a limpeza étnica e o extermínio em Srebrenica, que os africanos – e com eles todos nós – sofreram na tragédia sem limites do Ruanda, que israelitas e palestinos experimentam no quotidiano, e de que os americanos tiveram a experiência trágica, não muito depois de terem eleito um presidente que afirmara que não iria ocupar-se das Bósnias e Kosovos deste mundo.

O pós-11 de Setembro, como então quase todos instintivamente perceberam, podia ser decisivo. Era evidente que as doutrinas isolacionistas estavam mortas e que tudo dependia do que a América decidisse fazer do seu poder, de como conjugasse os seus esforços com os de outros, juntando força maior à edificação da ordem mundial. Porém, do rescaldo da tragédia de Manhattan emergiram, por enquanto, os que julgam que o monopólio da força militar lhes confere o monopólio da autoridade, que é classicamente a definição do Império.

Mas a ordem imperial americana é uma miragem. A visão dos neoconservadores, hoje tão influentes na Casa Branca e no Pentágono, não tem o apoio da maioria dos americanos, e não tem além disso, como qualquer balanço que se faça destes dois anos evidencia cabalmente, praticabilidade. A América não tem possibilidade de estabelecer sozinha a ordem universal, mesmo socorrendo-se da predominância que o enorme poderio militar lhe confere. É verdade que foi sem dificuldades de maior que os americanos tomaram o poder em Cabul e em Bagdad.

Mas não fizeram reinar a ordem num nem noutro dos países que ocuparam. Contra Saddam, ganharam a guerra com facilidade, mas fizeram-no à custa de um enfraquecimento da ordem multilateral que bem os pode fazer perder a paz, comprometendo assim o objectivo anunciado da mudança de regime no Iraque.

O Mundo não está hoje mais seguro do que no 11 de Setembro. As forças da barbárie que se lançaram contra as torres de Manhattan não têm sido combatidas com as políticas mais adequadas e de forma consistente. Basta observar a situação no Afeganistão, em Israel e na Palestina, e no Iraque, e nas zonas do mundo que alimentam hoje todo o extremismo identitário.

Ninguém com sentido da razão prática poderá negar a necessidade do uso da força para resolução de um certo número de problemas de segurança internacional. Em muitos casos, como na Bósnia, no Ruanda ou mais recentemente no Congo e na Libéria, a recusa de intervir por parte dos Estados Unidos e da União Europeia ou o tardar dessas intervenções, quando as houve, foi causa de enorme sofrimento e desordem. Há circunstâncias excepcionais, também, em que a luta contra o terrorismo exige uma intervenção militar num dado país, como no caso do Afeganistão, para retirar uma base à al-Qaida. Mas a força, para ser legítima, tem de se apoiar no direito, caso contrário agrava a desordem.

O Iraque é exemplo por excelência do que está mal na política internacional do governo Bush. O facto de não ter persuadido o Mundo da necessidade e dos reais objectivos dessa intervenção, feita apesar da oposição da maioria dos membros do Conselho de Segurança, inclusive da França e da Alemanha, criou a convicção generalizada da sua ilegitimidade, que por sua vez está na base de muitos dos problemas que a política americana hoje enfrenta e da dificuldade em encontrar apoio internacional para a reconstrução do Estado iraquiano.

O assassinato de Sérgio Vieira de Mello e dos seus colaboradores foi um acto de terror contra as Nações Unidas e contra a construção de uma alternativa viável e legítima para o Iraque. A estratégia de Kofi Annan e Vieira de Mello de devolver o poder aos Iraquianos o mais depressa possível é a única que pode impedir a libanização do Iraque e que nele continuem a grassar todos os ódios e radicalismos.

É pois urgente que as Nações Unidas assumam o papel político central na transição. Obviamente que é necessário, primeiro, que os americanos abandonem a estratégia do domínio absoluto e decidam, para bem da ordem internacional e da luta antiterrorista, que têm de alterar radicalmente a sua política, ou seja, que percebam que a força não é a mesma coisa que a razão e que no fim de contas é na partilha de poder e da responsabilidade, na capacidade política para corresponder aos anseios da maioria, que reside a sua própria segurança. Será isto possível com a actual administração e com a política seguida até agora? Nada menos certo, se bem que a realidade plausível do mundo sem ordem esteja a confrontar poderosamente o governo de George W. Bush e a pôr em causa na América as suas opções internacionais.